



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

XI LEGISLATURA (2018-2022)

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2020

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delfim Neves

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Arlindo Barbosa

Elálcio da Marta

Adilson Managem

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 35 minutos.

Ao abrigo dos artigos 177.<sup>º</sup> e 180.<sup>º</sup> do Regimento da Assembleia Nacional, procedeu-se à apreciação da aplicação da declaração do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, em virtude da pandemia Covid-19. Intervieram, além do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Jorge Bom Jesus), os

Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Amaro Couto (MLSTP/PSD) e Abnildo d' Oliveira (ADI).

O Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI) usou da palavra, em interpelação à Mesa, sobre a decisão da Conferência de Líderes, em relação à modalidade do debate, o que mereceu resposta da Mesa.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 9 horas e 35 minutos.*

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Accção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**

**Abnildo do Nascimento d'Oliveira**

**Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos**

**Alexandre da Conceição Guadalupe**

**Anaydi dos Prazeres Ferreira**

**André Varela Ramos**

**Arlindo Quaresma dos Santos**

**Arlindo Ramos**

**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento**

**Carlos Vila Nova**

**Celmira de Almeida Sacramento**

**Domingos José da Trindade Boa Morte**

**Ekneide Lima dos Santos**

**Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos**

**Idalécio Augusto Quaresma**

**Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso**

**José António do Sacramento Miguel**

**Levy do Espírito Santo Nazaré**

**Mário Fernando de Jesus Rainho**

**Paulo Jorge Carvalho**

**Salcedas d'Alva Teixeira Barros**

**Sebastião Lopes Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adelino Cruz José da Costa**

**Amaro Pereira de Couto**

**Américo Cravid Pereira Pinto**

**Ana Isabel Meira Rita**

**Arlindo Barbosa Semedo**

**Aysa Fortes da Silva**

**Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos Santos**

**Cristina Maria Fernandes Dias**

**Danilo Neves dos Santos**

**Eláckio Afonso da Marta**

**Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva**

**Gelsa Pinto da Silva**

**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

**Hélder dos Santos Ceita Joaquim**

**Jaime Pires Sequeira de Menezes**

**Jerónimo Lima Pires Quaresma**

**Maiquel Jackson do Espírito Santo**

**Manuel Vicente**

**Paula Maria Fonseca Tavares**

**Raúl do Espírito Santo Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

**Arlindo Vicente de Assunção Carvalho**

**Danielson Alcântara Fernandes Cotú**

**Delfim Santiago das Neves**

**Jamiel Joana Segunda**

**Felisberto Fernandes Afonso**

Movimento de Cidadãos Independentes

**António Monteiro Fernandes**

**Beatriz da Veiga Mendes Azevedo**

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, bom dia.

Dando início aos nossos trabalhos, devo informar que a ausência dos Srs. Deputados residentes na Região Autónoma do Príncipe deve-se à conjuntura que estamos a viver, portanto, não há voos de ligação entre as duas ilhas. Por isso, essas faltas não serão consideradas.

Peço aos Serviços para convidarem o Sr. Primeiro-Ministro a ocupar o seu lugar.

Temos apenas um ponto na ordem do dia, de acordo com o estabelecido no artigo 180.<sup>º</sup> do Regimento. Portanto, não haverá período prévio à ordem do dia. Peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura do ponto único da ordem do dia.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, em representação do Governo: Passo à leitura do único ponto da ordem do dia, do qual consta a agenda dos trabalhos da reunião plenária de hoje: «Apreciação da aplicação da declaração do estado de emergência, decretado por Sua Excelência o Presidente da República, em virtude da pandemia da Covid-19, regulado pelos artigos 177.<sup>º</sup> e 180.<sup>º</sup> do Regimento da Assembleia Nacional.

O Sr. Presidente: — Algum pedido de esclarecimento sobre a proposta da ordem do dia?

Não havendo quaisquer dúvidas, vamos aguardar o Sr. Primeiro-Ministro, tendo em conta que, de acordo com o estabelecido no Regimento, deve ser o Primeiro-Ministro a intervir, prioritariamente, seguido de um deputado de cada Grupo Parlamentar. Portanto, vamos ter um trabalho de duas horas e meia, sendo 60 minutos para o Governo e 30 minutos para cada Grupo Parlamentar. De acordo com o Regimento, apenas um deputado de cada Grupo Parlamentar deve intervir. Pode consumir os 30 minutos numa só intervenção ou em várias, dentro desse limite de tempo.

Alguma dúvida ou pedido de esclarecimento?

Não sendo o caso, aguardemos a chegada do Sr. Primeiro-Ministro.

*Pausa para a chegada do Sr. Primeiro-Ministro.*

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Como devem estar informados, o Regimento prevê a apreciação da aplicação do estado de emergência, nos 15 dias após o seu termo, e, de acordo com o artigo 177.<sup>º</sup>, essa apreciação inicia-se com uma intervenção do Primeiro-Ministro, que tem 60 minutos para o fazer, podendo consumi-los numa só intervenção ou em várias, dentro deste limite de tempo.

Sem mais delonga, vamos dar início, convidado o Sr. Primeiro-Ministro, para fazer a sua intervenção.

O Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus): — Sua Excelência, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimas Sras. e Srs. Membros do Governo, Excelências, Senhoras e Senhores, a todos e todas presentes nesta augusta Casa Parlamentar, as minhas cordiais e fraternais saudações.

Este tempo, vésperas dos 45 anos da independência, marcado pela pandemia Covid-19, é ímpar, é de exceção. Esta sessão está carregada de simbolismo e emoção dos que se perderam de vista durante o confinamento obrigatório.

Como ordena o Regimento, no fim dos 90 dias do estado de emergência em saúde pública, autorizados pela Assembleia Nacional e decretados por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, o Governo presta contas à representação do povo, por via da apresentação do Relatório de Execução das Medidas Sanitárias, Sociais, Económico-Financeiras, e responde pelas políticas adoptadas. Tudo isso é novo, sem precedentes!

O tempo fintou o meu destino e estou aqui diante de vós, para o julgamento democrático. É uma honra, é um privilégio!

De facto, pelo volume dos acontecimentos, os ingredientes em jogo e o enredo político gerado, este Relatório Covid-19 poderia ser convertido num livro dramático para São Tomé e Príncipe, ou de tragédia, noutras paragens do globo. De Covid-19, de livros e de cada um de nós, personagens, protagonistas, actores políticos, a vários níveis de responsabilidade e representatividade, deixo a história fazer o seu trabalho. Ela nos absolverá.

Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, passo a citar Pêpê Lima:

«Migu dómé sá dgêlu.

Numigu dómó sá duentxi.

Cuá di tê sá sotxi!»'

Começamos 2020 com muitas expectativas, a sonhar alto, início de grandes projectos estruturantes, tais como, Aeroporto, requalificação da Marginal, energias renováveis, primeiros furos de petróleo, na Zona Exclusiva de São Tomé e Príncipe, e Conjunta com a Guiné Equatorial, estradas, casas sociais, especializações de quadros, atracção de investimento, directo estrangeiro, para alavancar o sector privado, entre outros. Porém, a pandemia Covid-19 chegou, abalou os alicerces do mundo e impôs a sua lei: crise sanitária de grande magnitude, crise social, cultural, moral, económica e financeira. O vento de loucura da pandemia não poupa ninguém. Nem norte, nem sul, crianças ou idosos, nem mesmo profissionais de Saúde escaparam. Foi «bodón n'cúlu», processo de alfabetização funcional para todos. «Cabalu cu tê quatlu opé na pô cu son clogafá».

Por conseguinte, focalizemos o nosso pequeno e frágil Estado insular, à luz da realidade Covid-19:

4 de Março de 2020, Resolução, do Conselho de Ministros, n.º 6/20 – Suspensão de viagens dos funcionários públicos aos países onde a taxa de prevalência do vírus seja considerada alta.

12 de Março de 2020, Quinta-feira, a OMS declara a Covid-19 pandemia, e a necessidade de consequentes medidas ao nível mundial.

Dias 13 e 14 de Março de 2020, Sexta-feira e Sábado, presença de uma personalidade que nós recebemos em visita. Trata-se do Presidente da Comissão Africana, Sua Excelência Moussa Faki, e a sua comitiva.

16 de Março de 2020, encontro dos Órgãos de Soberania, Sistema das Nações Unidas e peritos nacionais, para a adopção de medidas sanitárias preventivas.

No dia 17 de Março, Resolução, da Assembleia Nacional, n.º 85/XI/20 – Que autoriza o Presidente da República a declarar o estado de emergência.

17 de Março de 2020, Decreto Presidencial n.º 3/20 – Que declara o estado de emergência.

17 de Março de 2020, Lei n.º 4/20 – Sobre Medidas Orçamentais Extraordinárias para fazer Face à Pandemia Covid-19.

No dia 18 de Março, Decreto-lei n.º 2/20 – Que Define as Primeiras Medidas de Restrição, no Âmbito do Combate à COVID-19.

Terça-feira, dia 17 de Março de 2020, o último voo da TAP.

Sábado, dia 21 de 3/2020, o último voo da STP-Airways, cujos passageiros foram submetidos à quarentena, no Hotel Miramar, CATAP e Vitória, cerca de 150 compatriotas nossos, vindos de Portugal, Gana, Camarões e Togo.

No dia 7 de Maio, Decreto-lei que Define as Medidas Económicas e Financeiras, no âmbito da mitigação do impacto da Covid-19.

No mesmo dia, Decreto-lei n.º 8/2020 – Que cria o Fundo de Resiliência.

Dia 14 de Maio de 2020, notificação, nos termos do artigo 60.º da Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, sobre o Processo de Fiscalização Sucessiva Abstracta da Constitucionalidade e da Legalidade, Processo n.º 3/2020, em que é representante o Ministério Público.

No dia 15 de Junho, Resolução, do Conselho de Ministros, n.º 23/2020 – Que Declara a Situação de Calamidade.

16 de Junho de 2020, Decreto-lei n.º 12/2020 – Que define as medidas gerais, no âmbito da situação de calamidade, mediante 3 fases: Fase 1, de 16 a 30 de Junho de 2020. Fase 2, de 1 a 15 de Julho de 2020. Fase 3, de 16 a 31 de Julho.

Importa aqui realçar que nada se faz sem financiamentos. São Tomé e Príncipe beneficiou de um empréstimo do FMI, os badalados doze milhões de dólares. Toda gente sabe! Segredo de *polichinelo*. Tivemos alguns outros pequenos apoios, importantes também, sobretudo das companhias petrolíferas. Portanto, houve uma grande teia de solidariedade de facto. O próprio BISTP comparticipou. A Cooperação Brasileira, sem falar da China e de vários outros parceiros, a Fundação Jack Ma. Nalguns casos são quantificáveis e noutras casos não. Portanto, são donativos que não foram dados em dinheiro, mas aqui o Banco Mundial também é chamado à colação, pôs à nossa disposição 2,5 milhões de dólares, mais 1 milhão para o Sector da Saúde. O Sistema das Nações, enfim, portanto, seria difícil agradecer aqui todos os pequenos apoios provenientes da diáspora, um bocado por todo lado. São Tomé e Príncipe tem muitos amigos, e ainda bem, nesta hora difícil. Portanto, no relatório que nós enviámos e porque prometemos transparência, porque dissemos que, sim senhor, viríamos para cumprir a lei, cumprir o Regimento e estar aqui na Assembleia, portanto, um primeiro relatório, de Março, em termos de despesa, ronda os 13 359 000. Também enviámos o relatório de Abril, por volta de Dbs.17 182 000. O relatório de Maio, 25 632 000.

Os Ministros das Finanças e da Saúde foram chamados à 2.ª Comissão Especializada para, enfim, dar explicações, e estaremos disponíveis para outras e quantas vezes for necessário.

De 16 de Março do corrente ano, até hoje, houve progressos assinaláveis, erros cometidos, lições aprendidas, muita matéria-prima para a história sanitária, social, cultural, ético-moral, política, económica e financeira de São Tomé e Príncipe. Os universitários se ocuparão disto.

Sem o laboratório de PCR em funcionamento, apesar do mérito e abnegação de muitos profissionais da linha da frente, multisectorial, muitas perguntas permanecem sem resposta plausível, dando aso a muitas especulações infundadas, algumas politicamente emocionais, num domínio de cassis científico, técnico, tecnológico, em que nem o médico faz milagre, sem máquinas de ponta. Felizmente, a logística também vai acompanhando, melhorou bastante. Neste momento, os armazéns são tutelados pelas Forças Armadas. Portanto, o Coronel José Maria é que está, digamos, a fazer a gestão do armazém Covid.

Todavia, importa reconhecer que estamos actualmente muito melhor capacitados do que no início da pandemia. Nós, os decisores políticos, nós, os profissionais de Saúde, nós, os comunicadores, nós, os parceiros de cooperação e a própria população, nós todos, aliás, não fosse esta crise pandémica uma escola!

Em termos de diagnóstico, resposta clínica e epidemiológica, importa assinalar que a abertura do hospital de campanha, que remonta a 21 de Maio, e só na semana passada, portanto, a semana de 22 a 28 do corrente mês, se começou a realizar testes de PCR, no laboratório instalado em São Tomé. Portanto, até ontem, 29 de Junho de 2020, o País registou 713 casos de Covid-19, em 2 815 testes realizados. Dos casos positivos, passo a discriminar, assim muito rapidamente: Testes PCR, no estrangeiro, temos

realizados 1 519, dos quais, testes positivos, 420. Depois, temos os testes PCR, em São Tomé e Príncipe, naturalmente, nós começámos, a máquina ainda está a um décimo das suas capacidades. Esperemos que muito rapidamente ela consiga atingir a velocidade de cruzeiro. Nós realizamos 50 testes, dos quais, 6 positivos. Depois, os rápidos, 1 246, em que 287 deram positivos. Portanto, num total geral de testes realizados, 2 815, para 713 positivos.

Também posso detalhar aqui a tabela 2. Lamentamos os 13 óbitos.

Em recuperados, nós temos 235, pacientes com doença ainda activa, 465, num total de 713 casos.

Quanto ao sector social, em termos de medidas de mitigação, devo realçar algumas acções: Pagamento de 3 045 idosos beneficiários do programa social do Governo. Portanto, cada um recebeu 480 dobras.

Transferência de verbas para pessoas com deficiências.

Transferência de verbas para lares de idosos e centros de acolhimento de crianças e adolescentes.

Pagamento de dois subsídios bimensal, no valor de 2 400 dobras, a cerca de 2 600 famílias vulneráveis.

Arranque do processo de cestas básicas para famílias carenciadas.

Relativamente à mitigação do impacto nas empresas, o processo está em curso, tendo o guiché, criado para o efeito, realizado pagamentos ao sector privado formal: hotéis, escolas, etc., bem como ao sector informal. Todo este processo está em curso.

Na educação, implementou-se a Rádio-aula e TV-aula. Houve necessidade de reajustamento do calendário escolar. Passagem para todas as classes, exceptuando o 12.º ano, que vai ter que fazer os exames.

Se me perguntassem, enquanto Chefe de Governo, se estou satisfeito com as mais de sete centenas de casos positivos, uma dúzia de óbitos, por ou com Covid-19, o ritmo e imperfeições na distribuição de cestas básicas, o pagamento às empresas nacionais, claro que a resposta seria não! Quero muito mais, quero muito melhor!

Por conseguinte, neste processo de aprendizagem, para lidar com o desconhecido inimigo invisível, o Executivo vai continuar a pugnar pela inclusão das competências nacionais, transparência na gestão da coisa pública, espírito patriótico, abnegação e muito trabalho.

Duplicamente confinados no Arquipélago, o afrouxamento das medidas restritivas e a lenta e progressiva abertura do País ao exterior permitirá o necessário equilíbrio entre os imperativos de saúde pública e o resgate económico e financeiro. Esta crise é uma oportunidade para repensar estratégias, reorganizar o sistema de saúde e refundar o País.

A Comissão do Plano de Contingência e de Medidas de Retoma Económica pós crise continua a trabalhar afincadamente e, desde já, conta com a ajuda de todos.

Aproveito para testemunhar gratidão e reconhecimento a todos os profissionais de Saúde, às Forças Militares e Paramilitares, aos Técnicos do Ministério das Finanças, de Trabalho e Solidariedade, da Agricultura, enfim, todos da linha da frente, sem exceção. Todos os órgãos de soberania, poder local e regional, parceiros de cooperação bilateral e multilateral, classe política, sociedade civil, diáspora, a esclarecida liderança de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, a todos, mas todos os santomenses, unidos em torno do desígnio nacional, esta luta ingente contra a pandemia Covid-19.

Termino, relembrando o Evangelho de S. João, capítulo 8, versículos 1 a 11, sobretudo, 7,10 e 11, sobre os fariseus que perseguiam a mulher adúltera, cito as palavras de Jesus Cristo: «aquele que, de entre vós, está sem pecado, seja o primeiro que atire a primeira pedra contra ela.

*Mulher, onde estão aqueles teus acusadores? Ninguém te condenou?»*

*«Ninguém, Senhor!»*

*Então, nem eu também te condeno. Vai-te e não peques mais!»*

Muito obrigado pela vossa atenção!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

De seguida, e prioritariamente, vamos convidar um deputado do Grupo Parlamentar do ADI, para fazer a sua intervenção.

O Sr. Abnaldo d'Oliveira (ADI): — Desculpe, Sr. Presidente, mas é tradição nesta Casa, em todos os debates, declaração política, etc., etc., que a ordem é inversa: a Coligação, o MLSTP/PSD e o ADI.

O Presidente: — Podemos seguir a tradição da Casa, mas neste debate especial...

*Risos e murmúrios do ADI.*

...qualquer dos Srs. Deputados que queira pedir a palavra, tenha a bondade.

Não há qualquer problema em seguir a tradição. É que nós estamos num círculo de aprendizagem, como disse e bem o Sr. Primeiro-Ministro. É a primeira vez que estamos a debater um assunto desta natureza e, porque o Regimento prevê prioridades, começando pelo Sr. Primeiro-Ministro, então, é o nosso entendimento que comecemos pelo partido maioritário. Mas se assim não for o caso, convido um deputado da Coligação, para fazer a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bom dia. Uma saudação especial ao nosso querido povo sâo-tomense.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha Bancada, neste debate, teve o propósito fundamental de olhar, com muita atenção. Teve como propósito fundamental olhar, com muita atenção, o nosso São Tomé e Príncipe, neste período de confinamento, neste período de estado de emergência, e tendo em conta aquilo que é a verdadeira realidade do nosso país, temos que começar esta intervenção, Sr. Presidente, saudando de forma especial os Órgãos de Soberania Nacional.

Uma saudação especial a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, porque a forma como ele agiu ou esteve neste processo mereceu de nós essa saudação.

Uma saudação também ao Presidente da Assembleia Nacional que, na qualidade de representante dos Deputados à Assembleia Nacional, acompanhou e esteve presente, dando a sua contribuição nos vários encontros, sob o comando do Presidente da República.

Sr. Primeiro-Ministro, a si e à sua equipa, uma palavra de reconhecimento, porque estamos certos de que Vossa Excelência, ao ser empossado como Primeiro-Ministro, não imaginou que fosse fazer um trajecto tão violento, mas cá está o senhor e, pelo que pude aperceber, firme e forte.

Gostaria também, de igual modo, de saudar a participação e a colaboração dos nossos parceiros. Sem estes, por mais que fosse a força de vontade que nós tivéssemos, estamos certos de que não chegaríamos lá. Ainda não chegámos, mas com o apoio dos nossos parceiros, nomeadamente o Sistema das Nações Unidas, outros escritórios das Nações Unidas, podemos aqui destacar a OMS, o PAM, a UNICEF, os nossos parceiros bilaterais, uma palavra especial ao governo chinês, ao governo brasileiro, ao governo português, todos estes que tiveram uma colaboração muito activa de apoio a São Tomé e Príncipe, ao povo sâo-tomense, neste momento, fazendo com que nós percebêssemos rapidamente que não estamos sós.

Como intervir neste momento e ignorar o pessoal da linha da frente?

Gostaria de endereçar o reconhecimento, da minha Bancada e dos partidos que fazem parte da minha Coligação, ao pessoal médico, ao pessoal de enfermagem, ao pessoal de apoio, nos serviços médicos, pessoal militar, paramilitar, toda essa gente que entregou o pouco ou o muito que tinha, para estar ao lado do povo sâo-tomense, levando a certeza de dias melhores.

Senhoras e senhores, permitam-me dizer que, no nosso entender, a Covid-19 colocou-nos diante de uma realidade dura, que quase todos sabíamos, mas que não estávamos preparados, talvez para admitir, da forma que hoje somos forçados a admitir. Mostrou o São Tomé e Príncipe real. Com efeito, as instituições deste país não estavam, de forma alguma, preparadas para lidar com o impacto político, económico, social e cultural desta pandemia, no nosso Território, mas tivemos momentos difíceis, estamos tendo momentos difíceis e vamos ter que continuar o nosso percurso.

Neste sentido, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me, e gostaria que isso ficasse destacado, sugerir que, no orçamento rectificativo, fosse dado uma atenção particular ao Sistema de Saúde, mais concretamente à saúde preventiva. Porquê enfatizar a saúde preventiva? Para que nós tenhamos condições de lidar com surpresas. No nosso mundo, a cada momento, surge um surto epidémico que poderá, de alguma forma, desembocar em pandemias, e se nós tivermos uma saúde preventiva devidamente apetrechada e trabalhada, poderemos dar respostas mais céleres. Daí que, no nosso entender, é importante que no orçamento rectificativo haja essa atenção particular.

Para nós, Excelências, um maior investimento para o Sector de Turismo e Serviços seria ou será de capital importância. Este sector, que hoje contribui com 12% do PBI nacional não está preparado, como consequência desta pandemia, para fazer frente a outros países europeus, por exemplo. E se nós pretendemos dar uma atenção de fundo ao Sector de Turismo, para que ele possa, de alguma forma, eu não diria competir, mas estar em altura de oferecer, em termos de concorrência, um pacote de serviço turístico aos nossos maiores visitantes, que são os europeus, nós temos que ter preços competitivos, temos que ter condições de segurança, em termos de saúde, para lidar de perto com o Sector de Turismo.

Gostaria também de chamar atenção para a necessidade de um investimento particular para o sector agrícola. Hoje, mais do que nunca na história do nosso país, a segurança alimentar está presente nas nossas reflexões. Então, nós temos que ter um Sector de Agricultura forte, temos que ter investimentos sólidos no sector agrícola, para que possamos estar à altura de responder àquilo que são as necessidades alimentares da nossa população.

A Covid-19 mostrou-nos o quanto somos dependentes de importação, o quanto somos dependentes, na nossa dieta alimentar, de produtos vindos de outras paragens. A oportunidade que se nos coloca é investir no sector agrícola, para darmos volta a esta situação. Temos que começar a dar este primeiro passo.

Se por um lado destacamos aqui a necessidade de investimento nesses sectores, não queremos desmerecer os outros, mas deixem-me dizer que um aspecto muito importante que nós entendemos que não deveria acontecer é que perdemos uma oportunidade para a promoção daquilo que é a verdadeira unidade nacional. Infelizmente, todos os sâo-tomenses não falaram a mesma língua, na relação com a Covid-19. Enquanto uns tudo faziam para que se pudesse encontrar melhor sorte em relação à Covid-19, sectores políticos, devidamente identificados, vaticinavam a desgraça nacional, desejavam ardente mente que o caso fugisse de controlo, para que houvessem mais vítimas do que aconteceu, de modo a tirarem proveito político da situação. O povo sâo-tomense não merecia isso! O povo sâo-tomense não merece esse

tipo de liderança política. Oportunismo político, pode-se até aceitar, mas nunca brincar com a vida do povo. Daí que nós repudiamos vivamente esses segmentos políticos e desejamos, sim, que a classe política entenda que, em momentos determinantes, momentos fundamentais, devemos deixar de lado todas as nossas divergências políticas, e em alguns casos pessoais, e colocar o soberano interesse nacional acima de tudo.

Gostaríamos de, neste sentido, felicitar algum segmento daquilo que podemos chamar de sociedade civil. É verdade que alguns não foram no sentido do que vai a nossa reflexão, mas temos que saudar os são-tomenses que, na diáspora, são-tomenses que, aqui dentro do Território Nacional, tiveram e têm intervenções muito fortes, criticando no sentido de apontar o erro, para que possamos mudar. A esses são-tomenses, como diria um determinado apresentador de televisão, «a eles eu tiro o chapéu», porque a sua contribuição mostrou um forte espírito de cidadania. É esse o caminho que nós temos que percorrer.

Gostaria de apresentar aqui uma palavra de conforto, uma palavra de solidariedade, uma palavra de pêsame às famílias que viram morrer os seus entes queridos. A nível da estatística, são 13 vítimas, mas em termos sociais, em termos económicos, familiares, o número de vítima pode ser maior. Porquê? É um pai de família, é uma mãe de família, é alguém que levava sustento à sua mãe, ou ao seu pai, que cuidava do seu idoso, é alguém que deixou um filho menor, que vai sentir, necessariamente, o impacto da pandemia, duas, três, quatro vezes. A essas pessoas, nós gostaríamos de apresentar as nossas condolências e desejar que o Pai do Alto esteja sempre presente no dia-a-dia dessas pessoas, e desafiar o Governo no sentido de, ao identificar essas famílias, caso elas não estejam amparadas de algum programa social, que as canalize, por favor, nesse sentido, para evitar esse impacto doído duplamente.

Por fim, um apelo ao povo são-tomense. Nós estamos aqui hoje a discutir ou analisar o impacto ou fazer o balanço das medidas tomadas neste período de estado de emergência. Usando uma gíria de futebol, gostaria de dizer que o jogo ainda não acabou. Ainda existem casos, creio que não estaria a incorrer em nenhum pecado, se dissesse que o vírus ainda está por aí. Daí que as medidas que o Governo anunciou, que visam despertar a economia nacional, não justificam que tudo acabou, que a doença acabou e que todos nós vamos voltar a viver como outrora. Vamos respeitar as orientações médicas, vamos acatar as orientações do Governo. Porquê? Estou a lembrar de um *post*, no *facebook*, que alguém colocou, que falava sobre a gripe espanhola. Ela matou mais pessoas, após o período de reabertura. Então, meus caros, se amam a vida, se amam a pessoa que partilha o espaço convosco, connosco, neste caso, se amamos, temos que nos acautelar. Continuemos a respeitar, até que a situação esteja efectivamente erradicada.

Peço, assim, ao Pai do Céu que abençoe, de forma abundante, o povo de São Tomé e Príncipe!

Muito obrigado!

**O Sr. Presidente:** — Convido o Sr. Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, ou quem este indicar, para fazer a sua alocução.

**O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Excelências, muito bom dia a todos.

Em primeiro lugar, sentimo-nos na obrigação de enaltecer a postura do povo de São Tomé e Príncipe, que soube conviver com o regime de estado de emergência e quase se tem adaptado aos efeitos, nunca saudáveis, da Covid-19, graças à sua filosofia de vida, própria da sua cultura, consolidada ao longo das gerações.

Enaltecer também a diáspora nacional, que transportou o mesmo modo de vida para os países de acolhimento, onde, respeitando as culturas e as leis das sociedades respectivas, vai observando as regras ali instaladas de combate à Covid-19, e faz chegar ao País ingressos que ajudam a atenuar as inconveniências da pandemia.

A Covid-19 actua com capacidade de transmissão rápida e com elevado grau de letalidade sobre nós os humanos. São conhecimentos adquiridos e consolidados nos 6 ou 7 meses, entre o seu surgimento e a sua actividade nas sociedades humanas.

Prosegue a procura de mais conhecimentos sobre o vírus e as consequências da sua actuação na vida das pessoas. Muito desconhecimento ainda permanece, o que dissemina o medo e faz pairar a tentação da autarquia, travando a dinâmica da cooperação entre as nações. Para vencer estas e outras inconveniências, autoridades no mundo inteiro se activam.

Na primeira linha de intervenção, estão os poderes sanitários. Estes não são autónomos, pois, precisam de orientação e programação políticas, e a política não decorre de fonte singular. Dá lugar a formação de blocos ou colunas que agem ostentando as especificidades que se atribuem e que lhes ficam próprias. Perante um desafio de amplitude da Covid-19, importa que as diferenças de políticas se acalmem, para que a serenidade se faça, facilitando o trabalho de combate contra o vírus.

A convergência política não implica a superação das diferenças políticas. É antes e simplesmente pura expressão da democracia, que se funda na satisfação dos interesses de todos, para determinar os desígnios que a todos interessa e que todas forças políticas devem respeitar e assegurar a continuidade.

Resultado da política, a norma mostra-se sempre como factor de convergência.

A Assembleia Nacional, sede de representação das diferenças políticas, conseguiu superar as diversidades que nela se estabelecem, exercendo, por unanimidade, o poder que a Constituição lhe

confere, para autorizar o Presidente da República a declarar o estado de emergência, expediente de consenso nacional na busca da eficácia no combate à Covid-19.

Nas condições de São Tomé e Príncipe, marcadas por fragilidades conhecidas do Sistema de Saúde, vulnerabilidades do controlo sanitário nas fronteiras e dependência do exterior, o principal trabalho, ou seja, o exercício prático do poder na matéria, revinha ao Governo.

Saudamos os esforços assumidos e realizados pelos envolvidos na luta de todos os instantes dos últimos 4 meses contra a Covid-19 aqui em São Tomé e Príncipe.

Referimo-nos, antes de mais, ao Governo, pelas medidas adequadas e atempadas que pôde assumir no seu papel político de governação, em particular para apoiar as famílias carenciadas e vulneráveis e as pessoas singulares e colectivas que, como consequência da Covid-19, perderam parte ou total dos rendimentos a que estavam habituados. Elevada consideração ao desempenho dos múltiplos operacionais que se aplicaram na execução de tais medidas, primeiramente a todas as categorias do pessoal de saúde e depois ao empenho mostrado pelos Bombeiros, a Polícia, a cargo da ordem pública, e as Forças Armadas, na função que adicionalmente lhes foi atribuída, para ajudar na conservação da ordem na sociedade.

Lamentamos as mortes que ocorreram no contexto da evolução da doença, aproveitando para apresentar as nossas condolências às famílias que ficaram na dor, tristeza e com a saudade dos que definitivamente foram levados pela Covid-19.

Reconhecemos as dificuldades na aplicação cabal das medidas de governação. Vários factores apontam para a compreensão dessas complexidades.

Desde logo, prevalece uma cultura ainda insuficientemente crescida para colectivamente se conviver com a superioridade da norma e com a necessidade do seu respeito e aplicação plena, sem subterfúgios nem pretextos. As decisões assumidas pelo Governo deviam ter sido plenamente aplicadas. Nisto não ajudou a deficiente urbanidade que se observa, gerando o desequilíbrio nas relações sociais por onde se encontram justificações, dando motivação e disponibilidade individual e de grupos, para contornar os objectivos das decisões.

No contexto da Covid-19, e nos outros aspectos da vida social, pensamos que é de capital importância a observância das decisões, com autoridade sobre todas as componentes da sociedade, expedidas pelo Governo, no quadro das competências que pela norma lhe revêm.

Por outro lado, faltou a complementaridade que permite associar a sensibilização ou a pedagogia, para ajudar os cidadãos na compreensão da necessidade que se coloca, para o respeito das normas regularmente expedidas. Nunca é demais lembrar que a autorização da Assembleia Nacional para a declaração do estado de emergência em nada prejudicou a salvaguarda dos direitos fundamentais, matéria ocupando a parte II da Constituição e a que todos devemos estar permanentemente apegados, enquanto pilar do sistema democrático nacional.

Sabe-se que uma pandemia evolui por vagas sucessivas. Em vários países já se observam sinais de uma vaga subsequente à primeira que se vive ou que se viveu.

Aqui, tivemos um confinamento relativo. Muitos serviços tiveram de fechar pela quase paralisia da mobilidade internacional, consequente ao fecho das fronteiras nacionais, e não só, remetendo os respectivos trabalhadores para uma quase inactividade laboral. Houve o reajustamento para níveis mínimos do funcionamento dos serviços públicos. Contudo, a mobilidade interna manteve-se assegurada, em larga medida, pelo funcionamento das actividades comerciais, incluindo o vai-e-vem dos transportadores de pessoas e de cargas, pois, as pessoas não ficaram devidamente retidas nas suas residências, pelo que em São Tomé e Príncipe não se pode verdadeiramente falar de desconfinamento.

É de todos esses elementos que, nas respectivas áreas de competências, as autoridades públicas devem extrair lições, para a preparação contra a evolução da pandemia.

Outra preocupação que desponta remete para os problemas que a Covid-19 deixará, uma vez combatida a sua insolência. O mundo e as relações internacionais ficarão profundamente, e por um tempo ainda indeterminado, condicionados pelas consequências da pandemia. Os países como São Tomé e Príncipe, muito dependentes da cooperação, dos auxílios internacionais e das importações, poderão conhecer constrangimentos adicionais por um recuo dos doadores, ajuizando a prioridade para o tratamento dos seus problemas internos.

As ajudas internacionais jogam em São Tomé e Príncipe uma função essencial, na medida em que contribuem substancialmente na produção de bens e serviços, por onde se geram salários e rendimentos que concorrem na sustentação do comércio e das importações. Aqui, as importações são de importância elevada para a satisfação das necessidades das pessoas.

A cooperação cobre larga área de evacuações sanitárias operadas a partir de São Tomé e Príncipe. Há de se precaver contra as eventuais inconveniências sobre a cooperação no mundo pós-Covid-19 e assumir-se, desde já e decididamente, na reestruturação e inovação do Hospital Ayres de Menezes, como hospital de referência, ou na construção de um novo hospital, aproveitando-se com as melhores diligências os recursos comprometidos pelo Fundo do Koweit com o País, caso se mostrem ainda disponíveis. Há de se ter em vista a melhoria da qualidade do Sistema Nacional de Saúde, enquanto ramo fundamental de política pública, determinante para o desenvolvimento nacional, como o vem demonstrando a necessidade de combate à Covid-19 e às outras patologias.

Face às dificuldades que razoavelmente se anunciam, há necessidade de se reactivar o gosto e o valor do trabalho, enquanto fonte para a geração da riqueza. Há urgentemente de se reequacionar

estruturalmente a economia do País. Trata-se aqui de uma função política dos poderes públicos para reedificar uma economia sustentada pelo trabalho e não principalmente nas ajudas. Estas continuarão necessárias, enquanto contributo para, em diversos sectores, concorrer no fortalecimento da força do trabalho, neste mundo de interdependências que seguramente permanecerá.

Há ainda a necessidade de melhor organização para aperfeiçoar a articulação entre os poderes públicos, nacionais e locais, reequilibrar os modos de vida entre as cidades e as periferias, soltar serviços e empresas públicas de aperto dos seus gestores, para que sirvam efectivamente a colectividade e credibilizar a gestão pública, transmitindo segurança e confiança, para que os doadores se tranquilizem em priorizar a transmissão dos recursos das ajudas através das instituições do Estado, dispensando os mecanismos, ainda muito utilizados, de transmissão directa desses recursos para os operadores de obras e de fornecimento de bens e serviços.

Face à contracção das actividades comerciais, há de se considerar as realidades do País para, em boa equidade, proceder-se ao reajustamento do trabalho das vendedoras e vendedores ambulantes na procura de rendimentos para as suas subsistências e dos seus familiares.

Apesar das dificuldades actuais e outras susceptíveis de advir, existem aspectos promissores que se verificam e dão confiança.

Referimo-nos ao internacionalismo gerador da amizade, da solidariedade e da esperança de um mundo melhor para todos os seus habitantes. De referir a fraternidade resultante das mensagens públicas, governamentais e outras, do nosso Estado para com outros Estados no contexto da Covid-19 e para além dele. Referimo-nos aos apoios repetitivos e continuados da China que chegam regularmente ao País e que, incontestavelmente, são de grande utilidade para o combate da Covid-19 em São Tomé e Príncipe.

Referimo-nos à posição da China, recentemente anunciada pelo Presidente Xi Jinping, para a criação de uma comunidade sino-africana de saúde e para o perdão das dívidas africanas.

Referimo-nos ao apoio multiforme constante de Portugal para com São Tomé e Príncipe, que agora também se vem inscrevendo no quadro do combate à Covid-19.

Referimo-nos também ao multilateralismo, por onde a OMS vem assumindo plenamente o seu papel na prevenção e combate das doenças através do mundo.

Reconhecer a elevada importância dos fornecimentos em equipamentos, materiais e capacitação que, no contexto da Covid-19, especialmente a OMS vem prestando a São Tomé e Príncipe, e saudar o elevado profissionalismo demonstrado pelos funcionários desta organização destacados no País.

De referir ainda aos apoios diversos, nas circunstâncias criadas pela Covid-19, provenientes da União Europeia de utilidade para o País.

Referimo-nos ainda aos apoios sob diversas formas que empresas, empresários, ONG, nacionais e estrangeiras, vêm fornecendo a diferentes instituições públicas e no ramo social e que contribuem preciosamente na prevenção da propagação da Covid-19.

Muito obrigado pela vossa atenção!

O Sr. **Presidente**: — Convido o Sr. Líder do Grupo Parlamentar do ADI, ou quem indicar, para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de propor à Mesa e ao Plenário, em jeito de condoléncia, 1 minuto de silêncio, em homenagem a todas as vítimas da Covid-19, e também ao nosso cidadão que foi vítima de pancadaria e assassinato, em Seixal – Portugal, e em solidariedade para com as famílias enlutadas.

O Plenário guardou 1 minuto de silêncio.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Deputados, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros são-tomenses: As minhas primeiras palavras são de voto de elava saudação e consideração para com todos os são-tomenses, no País ou na diáspora, bem como todos aqueles cidadãos estrangeiros que connosco enfrentaram, enfrentam e enfrentarão todos os desafios.

Em nome do Grupo Parlamentar e do Partido ADI, gostaria de agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, com espírito de missão, abraçaram a luta para vencermos a batalha contra a pandemia.

Ao pessoal de Saúde, médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares, pessoal administrativo, forças de defesa e de segurança, bem como a Polícia Nacional e também os Bombeiros, que, apesar das limitações, muitas vezes por falta de recurso e orientações precisas, deram o seu melhor.

Aos nossos parceiros de cooperação: União Europeia, Sistemas das Nações Unidas, particularmente a OMS, o PNUD, a UNICEF, os nossos amigos e povos da República Popular da China, da República Federativa do Brasil e os nossos irmãos da República Portuguesa, o nosso obrigado.

Um merecido reconhecimento e apreço do ADI às ONG, nacionais e internacionais, à Fundação do Milionário chinês, à Fundação Manuel Pinto da Costa, aos empresários nacionais e estrangeiros, à diáspora são-tomense que, no âmbito das suas possibilidades, contribuíram para que, no começo da batalha, fosse possível travarmos a luta com serenidade e alcançarmos o sucesso, pese embora ainda ser um jogo.

Não poderia deixar, em nome do ADI, de apresentar os nossos agradecimentos e felicitações a cada sâo-tomense que, apesar de tudo, apesar do medo, apesar das incertezas, juntos encaramos a luta de frente.

Ao Governo, como qualificar o Governo? Antes de apresentar aqui as qualificações merecidas, quer na perspectiva do ADI, quer na perspectiva do povo sâo-tomense, permitam-me um pequeno esclarecimento. Para esta reunião de hoje, regimentalmente, o Governo tem 1 hora e as bancadas que o suportam têm 30 minutos cada, portanto, perfazendo um total de 2 horas. O maior Partido político, o ADI, tem 30 minutos. Com esses 30 minutos, não conseguimos apresentar todas as 97 questões que trouxemos. Com esse tempo insuficiente, as *palaiês*, os taxistas, os motoqueiros, os cambistas, os *vanteiros*, os pescadores, os agricultores e todas as classes que sofrem, todo o povo em geral, não vão poder ver os seus representantes discutir, de forma exaustiva, tudo quanto se passou e tudo quanto vive, e defender plenamente os seus direitos. Assim sendo, e porque não vamos conseguir colocar e apresentar todas as perguntas e dúvidas, e porque o Primeiro-Ministro, pelo seu malabarismo de contar história, como sempre, não vai responder às perguntas do ADI e do povo sâo-tomense, entendemos que devemos chamar o Sr. Primeiro-Ministro para o Parlamento, num outro momento, para que todos os Deputados tenham a oportunidade de intervir e defender o povo. Assim, no quadro regimental, chamaremos o Sr. Primeiro-Ministro, através da apresentação de uma moção de censura.

Sr. Primeiro-Ministro, é caso para se dizer «quem é vivo, sempre aparece. A vivência do evangelho, não basta só ter de cor os versículos e os capítulos, é necessário vivê-los! E há já muito tempo que nós tínhamos a honra de tê-lo cá. E temos perfeitamente presente o senhor ter dito, aquando da sua vinda cá, aquando do Estado da Nação, que sempre que os Deputados, enquanto representantes do povo, assim entendessem, o senhor estaria cá. Não é disso que temos constatado. O caso flagrante foi aquando de 2 de Abril, na aprovação de um documento tão importante, no combate a uma pandemia que se tem revelado com efeitos muito nefastos para o País, em termos de mortes, números de infectados e para a economia global do País, o senhor, estando no País, não se dignou em estar presente.

Hoje, o tempo que nos resta, vamos aproveitá-lo da melhor forma possível.

Em pleno estado de emergência, vimos um Primeiro-Ministro tentar justificar as suas incompetências com as acções do anterior governo. O Sr. Primeiro-Ministro manifestou inabilidade de lidar e gerir, até em pequenos problemas, como água para pequenas comunidades, quando o combate a pandemia requer água potável, não só para o consumo, também como para lavagens de mãos. Já agora, aproveito para dizer que a cidade da Trindade e arredores não têm água, Ubâ Flor e Uba Budo não têm água, portanto, a título de exemplo, várias outras zonas, com certeza. O Sr. Primeiro-Ministro tenta escapar e acusar o ADI de toda a sua incompetência, mas os militantes, Deputados e dirigentes do ADI não têm por hábito mandar incendiar o carro de uma juíza, fazer barricadas, incendiar pneus, insultar os outros. O Sr. Primeiro-Ministro sabe quem o faz.

Entrando no âmago da questão, o Presidente da Assembleia, o Sr. Deputado Delfim Santiago das Neves, em conluio com o Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus, elutriaram, ou melhor, fintaram os Deputados, enganaram o Presidente da República, para promulgar uma lei, um documento que os Deputados não discutiram, violando a Constituição da República. Refiro-me à Lei 4/2020.

Recordando o Evangelho, justamente, «quem não tem pecado, que atire a primeira pedra». Atirem-me a primeira pedra, digam-me qual foi o deputado que aprovou 80 milhões de dólares. Qual foi o deputado que aprovou aqui o corte de salários dos funcionários? Nenhum! Mas, mesmo depois de chantagearem o Presidente da República, com *ticks* de ditadura e com conhecimento do Primeiro-Ministro, tentaram intimidar os assessores da Presidência da República, com um documento discutido, certamente na sede do Riboque, provavelmente, por algures no Bairro Dolores, com argumento de que estavam a bloquear a Lei que viria resolver o problema dos taxistas, cambistas, motoqueiros, *palaiês*. E hoje perguntamos: *gêlu taxista, êlê bô ê? Gêlu palaiê, êle bô ê?* As nossas mamas que vendem à frente das escolas, estamos a falar da economia informal, *gêlu dinen tudaxi bô?*

Sr. Primeiro-Ministro, com a Lei nas mãos, ao invés de pôr em marcha acções para ajudar os que mais necessitam, o senhor desenterrou o seu machado de guerra, para castigar o povo. Há relatos de pessoas a apanharem palmatórias, detenções, confinamento nas celas. Como é que nós estamos a contribuir para prever e impedir a pandemia, quando apareceu na Televisão São-tomense um autocarro cheio de detidos a irem para o Ministério Público? De quem são essas falhas?

Não havia e não há necessidade, na nossa opinião, de estar a bater as *palaiês*, partir as suas cestas, bacias e gamelas. Nós entendemos que é necessário ordem, é necessário disciplina, mas uma atitude pedagógica enquadrar-se-ia bem e muito bem neste momento.

O povo está com fome, Sr. Primeiro-Ministro, e as pessoas não têm salário, como nós os Deputados, no final do mês, como o Sr. Primeiro-Ministro e os Ministros, como os juízes, como o Presidente da República e os outros. Havia necessidade de sair de casa, havia necessidade de se arriscar. Era necessário nós, enquanto Estado, nós, enquanto seus representantes, nós, com responsabilidade, termos uma atitude mais pedagógica, e não bater nas pessoas, a não ser em casos excepcionais. Muitas delas, não foi em casos excepcionais.

É triste ver que pessoas que incendiaram o carro da juíza, até hoje não sabemos o seu paradeiro, mas há pessoas que partiram mesas do mercado e foram detidas.

Já vou falar sobre as medidas orçamentais extraordinárias, um assunto que nos vai levar, se calhar, 1 dia. De Março a Junho de 2020, apesar de a pandemia ser algo novo com que estamos a lidar, um outro primeiro-ministro, na nossa opinião, teria feito melhor.

Sr. Primeiro-Ministro, estando a lidar com algo novo, inesperado e com consequências imprevisível, não chamou e não envolveu todos os são-tomenses. Preferiu rodear-se de apenas alguns camaradas, e muitos camaradas bons, que nós conhecemos, ficaram de fora. Houve um momento em que devia, Sua Excelência, ter firmeza no discurso, firmeza na comunicação para, numa atitude pedagógica, ajudar a orientar o povo são-tomense. Está à vista de todos que isto falta em si, aliás, há muita gente que questiona se realmente o senhor é o Primeiro-Ministro, ou se há outras pessoas. Quando dizem que somos teleguiados, nós temos um verdadeiro teleguiado. Portanto, não sei quem é Primeiro-Ministro de facto.

Dentre as várias preocupações que levantei aqui, a discorrer, sem colocar o ponto de interrogação, eu acredo que o Sr. Primeiro-Ministro está a anotar, gostaria de deixar, pelo menos neste primeiro momento, algumas questões: primeira, qual é a necessidade de se utilizar o dinheiro dos contribuintes, em pleno auge da pandemia, para reabilitar a Marginal 12 de Julho, com uma obra que só reflecte desperdício de recursos dos contribuintes são-tomenses, não só devido à pobre e à má qualidade da mesma, como também devido ao facto de ser do conhecimento de todos que o anterior governo já tinha assegurado financiamento com a União Europeia e a Holanda, para sua requalificação?

Qual o ponto de situação do inquérito levantado, relativamente a um cidadão que veio a falecer por falta de assistência, por parte das instituições públicas, de que o senhor é, em última análise, o responsável?

Já agora, gostaríamos de saber, Sr. Primeiro-Ministro, quais foram as démarches concretas e sem rodeios, em termos protocolares e diplomáticos, que o seu Governo fez até hoje, para que se encontre os assassinos dos nossos compatriotas, barbaramente assassinados, desculpe a redundância, no Conselho de Seixal – Portugal?

Obrigado.

*Aplausos do ADI.*

O Sr. Presidente: — Com esta última intervenção, portanto, vamos dar continuidade ao debate, naturalmente, deixando em aberto a possibilidade de utilização do tempo disponível, pelos Grupos Parlamentares e pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Quanto às acusações dirigidas ao Presidente da Assembleia Nacional, respeitando a Constituição, e espero que todos a respeitem, pois não estamos num debate normal, em que há direito de resposta ou pedido de esclarecimentos, para defesa da honra de cada um dos Srs. Deputados. Por isso, espero que todos respeitem o Regimento. Da parte que me toca, no momento oportuno, darei a devida resposta.

Estão abertas as inscrições, apenas para os 4 intervenientes.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Não me vou alongar aqui nalguns aspectos, mas só gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, e podia responder-me mesmo lá, para eu continuar a minha intervenção, caso possível for, qual é a composição do Comité Científico, que apoiou e orientou Vossa Excelência, nas questões da Covid-19. Que me dissesse apenas os nomes, se não forem muitos, mas que me dissesse alguns dos nomes.

O Sr. Primeiro-Ministro: — No Comité Técnico-científico, nós temos a presença dos Drs. Carlos Tiny...

*Murmúrios.*

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — É só para assinalar à Mesa que não estão a descontar o tempo das intervenções.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Sim! Ah, pensei que quisesse...

*Murmúrios.*

O Sr. Presidente: — É preciso que os técnicos estejam atentos, para evitar esse tipo de divergência. Até porque, no início da intervenção do Sr. Líder Parlamentar do ADI, quase 3 minutos não foram contados. Portanto, espero que estejam atentos a isto.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Portanto, no Comité Técnico-científico, temos os Drs. Carlos Tiny e Fernando Silveira, a representação da Ordem dos Médicos e da Associação dos Enfermeiros. Os ex-Ministros da Saúde participaram no Conselho Técnico-Científico, nomeadamente a Dra. Maria de Jesus e o Dr. Arlindo Carvalho. Também já participou o Dr. Américo Pinto, o sociólogo Olívio Diogo e o Dr. Hilarinho, que é o meu assessor.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Primeiro-Ministro, gostaria...

O Sr. **Presidente**: — Um momento, Sr. Líder Parlamentar, parece que estamos com problemas no sistema informático. Não nos permite contar o tempo ou pelo menos verificar. O monitor está desligado.

Pausa.

Pode continuar, Sr. Líder Parlamentar.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro, pelo esclarecimento, porque tive essa dúvida. Fez-me confusão ouvir aqui a intervenção do Sr. Líder Parlamentar do ADI, dizendo que o Governo trabalhou apenas com os camaradas. Fez-me alguma confusão. Porquê? Dá-me a impressão de que, justamente, a ex-Ministra da Saúde, Maria de Jesus, não é camarada. Daí que temos que deixar de lado esse tipo de conduta, de apontar, por apontar, o dedo. Temos que ter os pés assentes no chão.

Sabem o que mais me entristeceu neste período? Foi o facto de nós, os sãotomenses, como havia dito, termos desperdiçado a oportunidade de trabalharmos juntos. Isso, sim, me entristeceu. Porquê? Porque ficar à espera de oportunidades, para depois jogar pedradas, não é o melhor caminho. Temos que ser consequentes. Vim para aqui, por causa do tal decreto, da tal lei. Gostaria de dizer que o Sr. Deputado Abnildo votou a lei favoravelmente. O senhor sabe o que estou a dizer. Existe uma acta. O senhor votou a lei favoravelmente, depois atirou pedras e escondeu os dedos. O senhor sabe o que fez! Salvo um deputado, toda hora digo isto, excepto, neste caso, o Deputado Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Levy Nazaré, que na altura se absteve, os demais Deputados aqui votaram a lei favoravelmente e aplaudiram o Governo. Hoje, estão a recuar. Não é por aí que a coisa funciona. Tínhamos que ter a coragem de assumir que demos, sim, um cheque em branco ao Governo. Demos e agora é assumir, diante do povo. Agora, tentar recuar e atirar a responsabilidade ao outro, para mim, é falta de postura.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, eu segui o intróito do seu discurso...

**Uma voz**: — Isso é interpelação?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ...não, eu vou chegar aí, e o Presidente teria dito que as pessoas têm intervenção e pergunta dirigida ao Governo. Portanto, se o Sr. Deputado, Líder Parlamentar da Coligação, está respondendo, fiz a pergunta ao Governo e não a ele.

O Sr. **Presidente**: — Se esta é uma interpelação à Mesa, a Mesa quer esclarecer que a primeira parte da pergunta foi dirigida ao Primeiro-Ministro, que responde se quiser, porque o Primeiro-Ministro faz parte do debate.

A segunda pergunta tinha a ver mesmo com os Deputados. Aprovámos a lei, à excepção do Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, que entendia que o anexo não deveria fazer parte da lei. Todos os outros Deputados votaram a favor da lei. Quero aqui esclarecer o seguinte: atenção ao português! Veja o que está no título do anexo «Medidas indicativas»! É exactamente um cheque em branco, como dizia o Líder Parlamentar. Agora, vamos seguir o Regimento, para não perdermos muito tempo.

A interpelação à Mesa é apenas para reorientar a Mesa e não para estarmos no debate.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, de facto, esta não era a questão em que eu queria muito demorar, mas respondendo ao Sr. Líder Parlamentar da Coligação, desafio-o, desafio o Presidente, desafio o Primeiro-Ministro e peço a todos os sãotomenses e ao Ministério Público que venham cá ouvir o registo magnético da reunião plenária do dia 2 de Abril. Nós não discutimos o corte salarial de ninguém, não aprovámos o tecto orçamental de 80 milhões. Se o anexo faz parte da lei, esse anexo surgiu de onde? Quem está a mentir? Posso estar a falar sozinho, podem estar a falar três contra mim, mas essa é a verdade! Há um registo magnético da Assembleia e a Rádio Nacional tem o registo. Há pessoas que gravaram o debate da Rádio Nacional.

Quero que este desafio fique aqui patente. No dia 2, aprovámos medidas gerais, houve alteração. O Presidente vetou, chegou à Assembleia como chegou. A Conferência de Líderes foi consultada. O Líder Parlamentar do MLSTP/PSD que não me deixa mentir. Há uma acta! Vou fazer questão de publicar a acta, para demonstrar quem está realmente a mentir! O Líder Parlamentar do ADI manifestou objecção quanto ao anexo. O anexo é a parte integrante da lei. É só o anexo que fala sobre questões salariais, etc., etc., fundo de resiliência. Então, se não admitem o anexo, não admitem a lei. Se admitem a lei, tem que ter o anexo. Por essa razão, não preciso ser jurista para entender bem esta matéria.

Por isso, Sr. Presidente, este é o País que temos! É a questão de coerência, temos que ser coerentes. O único Deputado, que eu me lembro, que disse que o anexo não devia fazer parte da lei, sim senhora, foi o Vice-Presidente, Levy Nazaré.

**Uma voz do MLSTP/PSD:** — Vocês votaram.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira**: — Votámos, sim senhora, mas não contemplava o corte salarial. Não! Onde fizeram isso, nós não sabemos. Portanto, esse é o problema.

Sr. Deputado Danilson Cotú, quem está a mentir é o senhor e não eu!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, por uma questão de respeito, isto eu sei fazer, eu não vou chamar de mentiroso o Sr. Líder Parlamentar do ADI. Não! Vou apenas dizer que o senhor não está a ter a coragem de assumir, diante dos seus pares, aquilo que o senhor fez. O senhor votou favoravelmente! Os registos existem e o senhor sabe. E mais ainda, eu não tenho cá comigo a acta da nossa reunião dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, mas o senhor sabe que votou. Votou! Disse que estava de acordo, sim, com a lei!

Sr. Presidente da Assembleia, por favor, encontre formas para as nossas reuniões, agora, serem gravadas, porque esse tipo de estratégia, não! É vergonhoso! Se entende que as medidas que tomámos prejudicam o povo, tenha a coragem de chegar aqui e pedir desculpa ao povo, no mínimo! Agora, mergulhar na falta de humildade, dizendo que não fez o que fez, é vergonhoso!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não vou aqui acrescentar acha à fogueira, apenas para tentar intermediar e fazer como que um ponto da situação. Efectivamente, estivemos aqui e votámos, por unanimidade, com uma abstenção, a lei sobre a flexibilização económica, creio eu, em 2 de Abril. Essa lei trazia algumas medidas e explicitamente, no seu corpo, remetia para os anexos como parte integrante da lei. Agora, observemos o contexto em que aprovámos a lei. O Governo estava ainda no início, no balbuciamiento da preparação das medidas sobre o estado de emergência. Estavam no início e o Governo estava ainda na reflexão, na preparação, nas negociações, para preparar as medidas de respostas contra as consequências da Covid-19.

A lei foi aprovada, com conhecimento dessa reserva, porque o Governo estava ainda a preparar as medidas. Essas medidas surgiram subsequentemente e foram levadas para a Conferência de Líderes, concomitantemente com uma observação do Presidente, que importava trazer do Presidente da República, para a aprovação da Assembleia Nacional, um orçamento rectificativo. Ora, na Conferência de Líderes, houve objecções do ADI. Enquanto nós, os Deputados, representantes do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, salientámos a necessidade de, nesses anexos, constarem claramente que se tratavam de medidas indicativas. Essa observação foi retida, sem objecção nenhuma. O que quer dizer medidas indicativas? Comportam em si a possibilidade de flexibilização, de ajustamento, em função das circunstâncias. Agora, se é verdade que os detalhes que estão nessas medidas indicativas não puderam ser discutidos, dissecados pelos Deputados todos, mas ao nível da Conferência de Líderes tomámos esse cuidado de considerar essas medidas com carácter indicativo.

É apenas isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pelo esclarecimento.

Penso que estão todos esclarecidos. Temos cá a acta e, se for necessário, o Sr. Secretário poderá lê-la, porque foi tudo dito.

Portanto, estão abertas as inscrições.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, leia a acta!

O Sr. **Presidente**: — Eu é que estou a dirigir a reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, porque foi coerente.

A minha proposta é que a Mesa proceda à leitura da acta, para que o povo possa ouvir, para ver como é que foi o posicionamento de cada grupo parlamentar, incluindo a conclusão. Aqui nesta Casa, qualquer anexo à lei é parte integrante da lei, a não ser que eu esteja a desaprender. Se os Deputados não aprovaram o anexo, então ninguém pode vir dizer que aprovámos por unanimidade, tal como está, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, a questão dos impostos, subsídios, etc., nós não discutimos.

Em terceiro lugar, mesmo se eu tivesse aprovado ou decidido o voto favorável, em Conferência de Líderes, é esta competente para poder alterar a lei, ou o Plenário?

Então, está tudo dito.

Obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Estão abertas as inscrições.

Como disse, no momento oportuno, responderei às acusações que me foram aqui dirigidas. Estar a abrir um debate, onde eu não tenho direito de intervir, não vou aceitar. Vamos cingir-nos ao Regimento. Se o Sr. Deputado quiser, introduza um pedido de debate na Mesa, vamos marcar uma sessão para debater esta questão. Estarei à vontade para isto.

Não havendo mais inscrições, vamos ter que encerrar o debate.

**Umas vozes:** — Não!

**O Sr. Presidente:** — Sim, sim! Não havendo inscrições, encerra-se, independentemente de haver tempo disponível.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, de facto, como sempre disse, estou sempre disponível para o diálogo, para debater seja em que momento for, em que espaço for e em que circunstância for. Já o demonstrei no passado e continuo disponível para isto. Sempre que as Sras. e Srs. Deputados interpelarem e convocarem o Governo, estarei. Até porque a nossa cultura tem que ser esta, de diálogo. Fico muito admirado, neste período de desconfinamento, que chegemos aqui com tanta carga. Penso que é um momento de descompressão.

*Risos e murmúrios.*

Enfim!

Mas permitam-me responder e tentar ajudar nalgumas preocupações.

Relativamente à Lei de Medidas Orçamentais Extraordinárias, a Lei de Flexibilização Orçamental, tratando-se de um momento especial, era necessário medidas especiais. O coronavírus é qualquer coisa que aconteceu, que praticamente atropelou a nossa vida normal, tanto ao nível político, social, económico, entre outros. Era preciso encontrarmos expedientes para continuarmos a sobreviver. Até porque, a partir destas medidas orçamentais excepcionais, há a criação do Fundo de Resiliência. Os nossos parceiros, sobretudo o FMI, com o qual estávamos constantemente em articulação, precisava, de facto, dum espaço para poder alojar a contribuição dos 12 milhões de dólares. Mas, a partir do momento em que os próprios parceiros nos garantem o apoio, era preciso que os próprios são-tomenses também dessem a sua própria contribuição. A verba que colocámos é indicativa, até porque estamos à busca desses financiamentos. Neste momento, o Banco Mundial ainda não nos respondeu. Temos o BAD, a União Europeia e outros parceiros. Portanto, é algo que não está garantido à partida. Pouco a pouco, vamos ajustando.

Depois, ficou o compromisso de apresentarmos a justificação mensalmente. Por isso, têm os relatórios de Março, Abril e Maio. O de Junho está a caminho, por um lado.

Por outro lado, vamos preparar, e já estamos a fazê-lo, o Orçamento Rectificativo. Portanto, penso que estamos a trabalhar com toda a transparência. Sempre que for necessário, se as Sras. e os Srs. Deputados acharem oportuno, chamar-me-ão e virei juntamente com os Ministros das distintas áreas, para podermos explicar, não só aos Srs. Deputados, que são representantes do povo, mas também à população em geral.

Aflorou a situação da reabilitação da Marginal, penso que não foi honesto na sua afirmação. Disse que, já no governo anterior, havia a garantia de financiamento. É pura mentira! Não havia financiamento! Havia o projecto, a intenção e o sonho.

*Murmúrios do ADI.*

Este Governo é que mobilizou tanto o governo holandês, a cooperação holandesa, como o Banco Europeu de Investimento. De facto, neste momento, esses financiamentos estão assinados. Poderemos trazer os papéis depois. Farei questão de remeter esses documentos à Assembleia Nacional, com as respectivas datas. Portanto, com a situação da Covid-19, que assola praticamente o mundo inteiro, e, naturalmente, os países europeus, todo esse processo está adiado. Por isso mesmo, o que estamos a fazer são paliativos. Estamos a dar, entre aspas, passo à expressão, um jeito à Marginal, porque, de facto, ela não pode continuar assim totalmente esburacada, até que se reate, no próximo ano, um projecto que ronda quase 30 milhões de dólares, em que um céntimo não chegou a São Tomé. Portanto, podem estar descansados em relação a isto. As obras que estão neste momento a decorrer, num momento próprio, que não têm nada a ver com a Covid, é um processo que já vinha de trás. Lembrem-se que começou com a entrada do Ckdo, onde havia um barco encalhado. O que estamos a fazer agora é a continuidade até, mais ou menos, à zona de Artes e Ofícios.

Portanto, há toda a transparência, não há qualquer problema. As únicas obras que estão dentro dos financiamentos da Covid são as obras do Mercado de Bôbô-Forro, para evitar justamente a concentração de pessoas.

Já agora, aproveito para alertar à nossa população em geral que, apesar de estarmos a desconfinar paulatinamente, haverá sempre a necessidade de cumprirmos aquelas regras básicas como: distanciamento social, o uso de máscaras e a higienização das mãos. É algo que nos vai acompanhar durante todo este ano. Portanto, fazemos desta tribuna um apelo para que, de facto, cada um cuide de si e que possa ajudar também a proteger os outros e o País.

É o que se me oferece dizer, em relação às duas questões que foram aqui levantadas.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Sr. Presidente, infelizmente, o tempo não me ajuda, mas o Primeiro-Ministro não respondeu às minhas perguntas. Não respondeu à questão do inquérito sobre a morte do cidadão, que foi colocado. É no âmbito da Covid. Não houve assistência, não houve!

**Vozes:** — É a primazia portuguesa.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Não! Estou a falar do inquérito sobre o cidadão são-tomense que faleceu por falta de assistência médica. É isto que eu estou a dizer. Por favor, Sr. Primeiro-Ministro, queremos resposta.

Bem, deixe-me, Sr. Primeiro-Ministro, acrescentar, no rol das minhas questões, que das realidades próximas às nossas, como Portugal, Cabo Verde e Angola, é reconhecido que foi o que menos veio para a Casa Parlamentar, no período de pandemia, dar explicações. Isto é um facto! O Primeiro-Ministro faltou e tem faltado com muita transparência.

Falou de honestidade, vamos à questão da obra da Marginal. O governo anterior estava a negociar com quem? Com Timor-Leste? Não! Havia um memorando entre a União Europeia e a Holanda, e o senhor veio continuar, fechar. Quer dizer que alguém iniciou, havia garantias. Senhor, em 1 ano, conhecendo a tramitação dos parceiros, já chegou e está a levantar bandeira? O senhor diz que é para não levantar a questão da paternidade. Isto é honestidade?

Sr. Primeiro-Ministro, o seu Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul disse aqui, nesta augusta Assembleia, em 2 de Abril, repetidas vezes, que não podia apresentar os valores monetários relativos às medidas orçamentais extraordinárias, porque estavam à espera de apoios, e o senhor veio confirmar aqui. Temos isso gravado aqui na Assembleia Nacional. Nós, o Grupo Parlamentar do ADI, manifestamos um certo desconforto na aprovação desse documento. No entanto, decidimos dar uma espécie de voto de confiança, na reunião de 2 de Abril, ao Governo. Pensando sempre nas populações privadas de medidas de controlo à pandemia, sejam elas quais fossem, porque entendíamos que era importante fazer-se algo, e com urgência. Contudo, hoje devemos, aqui humildemente, assumir que nós erramos redondamente. Fazemos *mea culpa*. Não devíamos ter dado esse voto de confiança ao Governo. Tudo o que aconteceu, de 2 de Abril à presente data, foi simplesmente desastroso, e os números desta pandemia falam por si.

Sr. Primeiro-Ministro, recebemos um relatório que diz que o Instituto Marquês de Valle Flôr, gostaríamos de receber a sua comunicação, recebeu Dbs. 1 100 000 00 (um milhão e cem mil dobras) para compra e aquisição de máscaras. O mesmo Instituto veio negar categoricamente, está na página do seu Governo, do Ministério da Saúde, através de um comunicado! Agora, queremos saber quem tem razão. Se é o relatório, que o senhor aprovou em Conselho de Ministros e submeteu ao Parlamento, que fez pagamento ao Instituto Marquês de Valle Flôr, ou se é a comunicação do Instituto, que disse que não, que de facto não recebeu dinheiro para as máscaras.

Por falar no Instituto Marquês de Valle Flôr, sendo que o Instituto não vende máscaras nem testes rápidos, porque é que o Instituto não foi apenas para indicar as empresas, pelo menos três, para que o Governo pudesse fazer opção? Não será isto um elemento que configura, em certa medida, alguma suspeita entre o Instituto e o Ministro da Saúde?

No dia 16 de Maio, o Presidente da República disse o seguinte e fez várias considerações, referindo-me ao desvio criminoso dos materiais: «gostaria que fôssemos elucidados sobre como tem sido feito a gestão dos mesmos. Que entidade tem a seu cargo esses materiais?» Hoje, veio dizer que são as Forças Armadas. «Quem fez e quem faz a gestão do stock? Os mesmos estão devidamente inventariados e classificados numa base de dados? Quem gera esta base de dados?» São perguntas que Sua Excelência colocou e que não teve resposta.

Aqui o Primeiro-Ministro veio, assim de raspão, dizer que agora já está com as Forças Armadas. Não queriam saber quem estava com os materiais, porque houve roubo. Como é que as Forças Armadas vão permitir roubo, Sr. Primeiro-Ministro?

Apenas a 6 de abril Sua Excelência o Primeiro-Ministro, ou seja, o Governo, trouxe ao de cima quatro primeiros casos do coronavírus positivos, que vieram do Gabão, que foi aventado tudo, que havia mão invisível para adulterar. Será que há mão invisível de qualquer são-tomense, para adulterar um teste dum laboratório, numa entidade como laboratório de Gabão, com referência mundial?

Dizem que certo partido, de certos quadrantes, digo ao Sr. Líder Parlamentar da Coligação, queria fazer da pandemia não sei quê, acusações. Meus caros, quem escuta a Rádio Nacional sabe quem foi o dirigente político que foi lá propalar e meter a confusão na população que São Tomé e Príncipe não tinha coronavírus, que houve uma mão externa a introduzir-se no laboratório. Um dirigente do seu partido.

Há um técnico da TVS que fez um directo, dizendo que São Tomé e Príncipe não tem coronavírus. Não imputem isto ao ADI. Vamos ser honestos!

Ultimamente, ouviu-se aqui no País que um médico terá dito que não existe o coronavírus. Se é verdade ou não, eu não sei, não posso afirmar, e não posso acusar, mas se ele disse, ele tinha de ser imediatamente demitido e instaurado sobre o mesmo um processo disciplinar, porque não estamos em brincadeira. Se ele não disse, porque os serviços de informação do Estado até têm essa informação, então o Governo tinha que obrigatoriamente, em momento oportuno, desmentir, mas não foi o que aconteceu, e passa por tudo quanto é canto que alguém teria dito que não existe o coronavírus. Isso é irresponsabilidade, Sr. Presidente. Portanto, é o ADI? Porquê imputar-nos essa responsabilidade?

Eu não estou a acusar o médico, não estou a afirmar que é verdade ou não, mas essa informação está no País e era necessário o Estado, o senhor, com esta responsabilidade, enquanto Primeiro-Ministro, ter uma posição.

Saindo do mês de Abril para o mês de Maio, Sr. Primeiro-Ministro, já se começou a utilizar os empréstimos do FMI? Disse o Sr. Primeiro-Ministro, no dia 19 de Maio, o seguinte: «Neste momento, recebemos o apoio do FMI, e alojamos neste fundo de resiliência 12.3 milhões.» No entanto, dos 12.3 milhões de dólares, o relatório em análise que veio à Casa Parlamentar diz que o fundo de resiliência foi constituído no dia 19 de Maio, com um montante de 5 milhões de dólares. Vamos fazer as contas!

O Grupo Parlamentar gostaria de saber a razão pela qual, nesse fundo de resiliência, só foram colocados 5 milhões de dólares. Onde é que foram parar os 7 milhões e os outros?

Está no seu relatório. Portanto, eu não sei se o que diz o Sr. Primeiro-Ministro é verdade ou se o que diz o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Portanto, não sabemos e temos muitas dúvidas.

Por uma questão de tempo, vou guardar alguns minutos para o próximo.

Obrigado.

*Aplausos do ADI.*

**O Sr. Presidente:** — Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Caras e Caros Deputados, estamos aqui para esclarecer. Portanto, começaria pela logística.

Há dúvidas em relação ao que disse relativamente às Forças Armadas. Como sabem, este processo é de aprendizagem e de correção. No princípio, de facto. Depois decidimos colocar tudo o que é logística da Covid-19 num só armazém e pedimos às Forças Armadas, pela experiência que têm, para justamente fazer a gestão do armazém. Deixamos o Sector da Saúde para se ocupar da parte sanitária e da parte clínica e epidemiológica. É simplesmente isto.

O trabalho, poderemos fornecer toda a documentação, está feito em Excel. Tudo que está no armazém é um trabalho extremamente aturado e poderemos remeter depois à Assembleia Nacional, para que possam tomar conhecimento.

Colocou a outra questão relativa ao cidadão que faleceu. Este processo está em curso, um dos elementos dos Bombeiros foi afastado. Tenho que deixar as instituições trabalharem.

A outra questão é relativamente à dúvida sobre as verbas que vieram do FMI. Felizmente, com este Governo, discutimos os valores que chegam do exterior até ao tostão. Toda gente sabe aquilo que vem e toda gente pode discutir até com muita propriedade.

Está a colocar dúvida sobre uma parte do dinheiro. Pelas informações que tenho, há a contribuição e há também uma parte salarial. Como sabem, os dinheiros, naturalmente, vão ser usados para tudo que temos que fazer em termos de medidas de mitigação, mas há os funcionários públicos para pagar. Como sabem, a Administração Pública consome por volta de 4 milhões de dólares por mês. Neste momento, o Estado não tem estado a arrecadar impostos, mas terão as informações detalhadas.

Penso que respondi à sua preocupação.

Relativamente ao Instituto Marquês de Valle Flôr, é possível que tenha havido algum lapso, não sei, é possível, porque o Instituto Marquês de Valle Flôr comprou 3000 testes rápidos, no momento em que estávamos aflitos. Ainda se lembram. Inclusivamente, compraram os testes rápidos na Alemanha, colocaram em Portugal, e levamos muito tempo para conseguirmos transportá-los para aqui. No entanto, conseguiu-se encontrar um expediente paralelo que são os 1500 testes rápidos, que recebemos de oferta, da África do Sul.

Portanto, em relação ao Instituto Marquês de Valle Flôr, penso que há um lapso relativamente à compra, porque não comprou máscaras. Não está vocacionado para adquirir máscaras. O que adquiriu são testes rápidos, 3000 testes.

É o que vos posso esclarecer. Todavia, há documentações que poderemos fornecer, porque este Governo quer o máximo de transparência. Todos os documentos que precisarem, remetê-los-emos.  
Penso ter esclarecido.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.  
Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, sou forçado a assinalar dois momentos da intervenção do Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

**Uma voz:** — Outra vez Deputado Abnildo d' Oliveira?

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Sim, dois.

Um primeiro momento, no início da sua intervenção, tentou jurar aqui que não votou, mas na sua intervenção recente admitiu que votou, sinal de que, de tudo que estava a dizer, ou senhor não tinha os pés assentes no chão, ou quis enganar o povo. Mas enfim!

Outro aspecto que eu gostaria de dizer, na minha intervenção, a primeira, disse e volto a repetir: determinados quadrantes políticos tentaram utilizar, sim, a questão da Covid, para poder tirar proveitos políticos. Mentiram ao povo, dizendo que não havia o coronavírus no País, que o Governo estava à procura de forma para comer dinheiro, que não sei o quê, não sei quantos.

*Murmúrios do ADI.*

Ouçam, meus caros senhores.

É triste, vou repetir, o povo de São Tomé e Príncipe não merece esse tipo de liderança política! Não merece!

Entretanto, caro Deputado, ao dizer isto, eu não lhe apontei o dedo. O que me preocupa é a sua pronta reação, sinal de que alguma coisa encachou.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação.

Estão abertas as inscrições. Nesta fase, parece que só pode intervir um deputado do Grupo Parlamentar. Leiam o artigo 177º.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, com a explicação aqui do senhor, que está em constante aprendizagem, vimos que o Primeiro-Ministro participou num Conselho de Ministros, mas decidiu uma coisa que não sabia o que estava lá dentro, sobre o relatório que veio cá para Assembleia, porque está lá claro, o mapa lá está. É o seu relatório, Sr. Primeiro-Ministro! É o senhor que nos induziu, então, em erro. Até um jornalista falou disso, e agora está com uma queixa-crime. O senhor tem que retirar a queixa-crime e pedir desculpa, dizendo que foi um lapso nosso. Sim! O relatório está cá e todos Deputados o têm, está cá na Assembleia, com o pagamento ao Instituto Marquês de Valle Flôr, por questão das máscaras. Bom, passemos, porque o ADI tem pouco tempo.

O Sr. Primeiro-Ministro fala da questão de sacrifício. Todos nós estamos de acordo com o sacrifício, para que não vivamos de mãos estendidas. Concordo consigo. Todos estamos lembrados de que o Sr. Primeiro-Ministro, que regressava de cada viagem e devolvia parte do dinheiro que levava, claro que levava subsídio a mais, provavelmente. A questão que se levanta: por que razão, numa altura tão difícil para o povo, o Sr. Primeiro-Ministro não tirou parte do seu salário ou regalias, para ajudar o povo, bem como os Srs. Ministros?

O senhor ex-Presidente da República, Manuel Pinto da Costa, predispôs-se a dar uma parte do seu salário. Os Deputados estariam disponíveis, e eu também, mas vamos ver. Agora, eu não autorizo, porque se for para pegar no dinheiro para meter na Marginal, que já tem um financiamento, não. Se for para ir apoiar a população que mais precisa, sim. Mas não é isso que os senhores estão a fazer. Por que razão, Sr. Primeiro-Ministro? Isto aqui é linha de coerência? Isto é sacrifício? Todos podemos fazer sacrifício, estamos dispostos, mas, Sr. Primeiro-Ministro, para essa obra de mata-pau da Marginal, não vamos contribuir.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, a minha interpelação à Mesa tem a ver com o que foi decidido pela Conferência de Líderes, pelos vistos, sobre este debate e a intervenção das Sras. e dos Srs. Deputados. A 1.ª Comissão Especializada Permanente tem em cima da mesa o processo de alteração do Regimento e do Estatuto dos Deputados. Esta reunião vem provar que de facto temos que trabalhar seriamente na questão de alteração do Regimento, porque neste debate de hoje nenhum outro Deputado ou Deputada pode intervir, excepto um de cada grupo parlamentar, e daí a nossa presença aqui é só ouvir, ouvir, ouvir, não podendo participar.

Na minha modéstia interpretação sobre aquilo que diz os artigos 176.<sup>º</sup> e seguintes, não era para isso. Nos artigos 176.<sup>º</sup> e seguintes, o debate que lá está era o debate que tinha que acontecer para a declaração do estado de sítio ou de emergência. Não é para isto. Tanto é que o artigo 177.<sup>º</sup> diz claramente que o debate tem como base a mensagem do Presidente da declaração do estado de sítio ou de emergência. Aquilo que eu pensava, sinceramente, que viríamos aqui para debatermos, todos nós, são as medidas que o Governo tomou sobre a Covid-19, todas essas medidas. O debate não poderia ser limitado apenas a intervenção de um deputado de cada grupo parlamentar. Logo, todos aqueles artigos eram para quando o Presidente declarasse o estado sítio ou de emergência, e os deputados poderem debater sobre aquela declaração do Presidente, e não sobre as medidas do Governo. Então, estamos aqui a fazer o quê?

Por isso, temos que trabalhar o Regimento. O Presidente da 1.<sup>a</sup> Comissão está aqui, temos que trabalhar claramente este Regimento, porque não é o caso.

Até eu pensava, sinceramente, que este debate era na sequência daquela aprovação da lei, que falamos aqui no dia 2 de Abril, não ficou, mas deveria ter ficado, que mensalmente o Sr. Primeiro-Ministro, referiu isso na sua última intervenção, teria que vir ao Parlamento, para discutirmos as medidas que o Governo estava a tomar. Não é o que aconteceu. O Sr. Primeiro-Ministro fez menção, mas não estamos a cumprir isso.

Aprovamos a lei no dia 2 de Abril, em Maio e em Junho não reunimos. Daqui a pouco será Julho e nem hoje que estamos reunidos podemos debater. O que está aqui é um líder, o outro está em abstenção. Sinceramente, não era para isso! Pensava que fosse um debate para todos os Deputados fazerem perguntas ao Governo, quer sobre a saúde, quer da questão económica e financeira, etc., sobre as medidas que o Governo está a tomar. Por isso, não estou contra o formato. O formato é que está desfocado. Não está este debate, da forma como foi feito. Não era para discutir os efeitos das medidas da Covid-19. Era para discutir a declaração do estado de emergência.

É este o esclarecimento à Mesa. É uma pena sinceramente, mas pronto, o que é que podemos fazer?!

**O Sr. Presidente:** — Na verdade, o Regimento precisa de fazer alguma toalete, mas não é hoje que se vai fazer, naturalmente. O artigo 180.<sup>º</sup> que requer este debate remete a sua modalidade ou a sua aplicação ao 177.<sup>º</sup>. Portanto, 180.<sup>º</sup> diz que, no termo do estado de emergência, 15 dias após, faz-se o debate, e depois remete a sua aplicação ao 177.<sup>º</sup>. E o artigo 177.<sup>º</sup> número 2 efetivamente limita. Daí que se tem que fazer toalete realmente, para que tenhamos um regimento que se adapte à nova conjuntura.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

**O Sr. Levy Nazaré (ADI):** — Sim. Concordo consigo, nessa interpretação que fez. Concordo e é assim, mas eu pensava que este debate seria para discutir as medidas e não a declaração do estado de emergência, como eu já havia dito. Por isso é que volto a dizer que todos nós temos que tomar muita atenção, quando fazemos as nossas intervenções, quando nós sairmos de casa para virmos exercer a nossa função de deputado. Porque tudo aquilo que foi aqui dito, eu não queria repisar, e não posso, mas não só votei naquele dia 2 de abril, como usei da palavra, para explicar porque é que, na minha opinião, não se deveria anexar aquela folha da forma como vinha, com lei. Não se podia aprovar aquele anexo. Eu disse o porquê. Mas nós estamos em democracia, a maioria decide e eu tenho que obedecer.

Naquele mesmo dia, também eu havia feito uma intervenção aqui, disse e pedi, apresentei uma proposta para que constasse na lei, o Sr. Primeiro-Ministro não estava cá, e o Sr. Ministro Wuando agradeceu e gostou, porque lhe dava jeito, penso eu.

Fiz uma proposta de, que devia constar na lei, que mensalmente se devia apresentar um relatório e sobre este debater. Mais uma vez, a maioria não decidiu, e nós estamos nisso.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, recordando aqui a sua intervenção do dia 2.

Estão abertas as inscrições, para fecharmos o debate.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

**O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, é apenas para corroborar um pouco a preocupação do Vice-Presidente da Assembleia. Esses textos que regulam a nossa permanência, os nossos trabalhos aqui na Assembleia, estão todos eles a precisar de uma pincelada de fundo, para que estejam em harmonia com aquilo que é a necessidade dos nossos trabalhos aqui na Assembleia. Efetivamente, estamos a aprender, é a primeira actividade desta natureza que estamos a fazer, e o artigo 180.<sup>º</sup> abre-se às adaptações que forem possíveis. Remete ao n.<sup>º</sup> 2 do artigo 177.<sup>º</sup>, mas admite adaptações que sejam necessárias. Efectivamente, estamos a aprender todos os dias, é mais uma abertura de aprendizagem. Enquanto não se fizer, digamos, essa revisão das leis que regulam os trabalhos e funcionamento da Assembleia Nacional, temos que ter muita atenção, na leitura das suas disposições, para poder haver abertura de espírito, para a flexibilidade necessária, porque a própria lei abre espaço para essa flexibilização.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, venho só por duas razões, vou conservar ainda os meus 2 minutos.

O Governo não quer falar, estamos a ver, é o que eu disse no início.

Sr. Presidente, o nosso grupo parlamentar gostaria que o relatório, depois da discussão nas comissões, fosse remetido ao Plenário, para debatermos exaustivamente. O parecer pode orientar neste sentido. Este é o nosso pedido, é o pedido do nosso grupo parlamentar, para debatermos cá o relatório.

Para fechar, queria dizer ao Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar da Coligação que se não tem argumentos, é melhor omitir. É meu amigo de Mé-Zóchi, mas se não está a conseguir defender o Governo, então não o defenda. Tenho cá, e não tenho medo de debate. Estão a tentar desafiar-me, peço a todos para lerem a epígrafe do anexo da Lei 04/2020. Disseram-me que são medidas indicativas, mas está aqui o documento que foi promulgado. Peço a todos os sâo-tomenses que nos seguem, no País e na diáspora, que leiam o texto e digam quem está a faltar com humildade, honestidade, etc.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Líder Parlamentar do ADI, isto não cabe ao Plenário. Cabe sim às Comissões. Todas as comissões têm representação dos grupos parlamentares, relativamente ao relatório, devem orientar os seus membros, nas respectivas comissões, para propor que o debate seja feito em Plenário.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, eu, sempre que tiver a necessidade de vir contrapor, virei. Talvez o termo mais correcto não me venha, mas tenho alguma pena de ver o meu amigo, Líder do Grupo Parlamentar do ADI, nessa maré de inconsistência e de falta de coerência, no caminho que segue. À medida que ele recebe alguma mensagem, que vem de lá fora, ele sente-se forçado a vir cá e mudar de posição. Enfim! Mas Jesus Cristo ensinou-nos a perdoar. O Sr. Deputado, está perdoado!

Agora, um aspecto importantíssimo, Sr. Primeiro-Ministro, isso ia passar, mas é importante que eu diga. Neste espaço de tempo que o senhor é Primeiro-Ministro, lá vem gente dizer que eu me apego muito ao passado, sempre gostei de história, e é bom, o senhor já veio a esta Assembleia mais vezes do que o anterior primeiro-ministro.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, já não temos inscritos.

Sr. Primeiro-Ministro, quer usar da palavra? Não há nenhuma pergunta?

Sobre a questão que foi levantada aqui, porque se trata de uma lei da Assembleia, a Mesa gostaria de esclarecer que é preciso ler o que está no artigo 2.º da Lei.

Já agora, o Sr. Ministro pode precisar de novo? Porque assim pode confundir a população. O anexo é o anexo. Agora, o que está no corpo da lei? O que diz o corpo da lei? «Artigo 2.º. Parte integrante.»

Fazem parte da presente lei as medidas indicativas constantes do documento em anexo.»

Está na lei, artigo 2.º.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O que diz o anexo?

O Sr. **Presidente**: — Ouça, uma coisa é o que está no corpo da lei, artigo 2.º. A lei está a referir-se ao anexo. Está aí, volto a repetir: «Fazem parte da presente lei as medidas indicativas constantes do documento em anexo.»

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para orientar a Mesa?

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Não há pedidos de esclarecimento, pode intervir.

Contém o tempo, se faz favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, está a confirmar aquilo que discutimos na Conferência de Líderes, em que eu dizia que o anexo faz parte da lei e o senhor disse que o anexo não faz parte da lei. Agora o senhor está a ler outra coisa.

Tenho testemunhas desta reunião, o Secretário, os Líderes Parlamentares, o Dr. Aykisse e o Ministro. Estão aqui as testemunhas. O senhor disse que não faz parte da lei, mas hoje está a ler outra coisa. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — O senhor aprovou a alteração que o Presidente requereu.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Qual Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Da República. O senhor estava na Conferência e concordou que se pusesse na lei o limite para a apresentação do orçamento rectificativo, até finais de Julho.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — É mentira!

O Sr. **Presidente**: — Ouça, desculpe, não me chame de mentiroso, porque eu tenho muito respeito por si.

*Murmúrios.*

Eu não estou a mentir, tenho cá testemunhas, mas não quero discutir consigo directamente. A Conferência de Líderes não é feita apenas comigo, o senhor, há outros líderes...

*Murmúrios.*

Os senhores todos fazem parte da Conferência?

*Murmúrios.*

Os senhores todos fazem parte da Conferência? Estou a dirigir-me ao Líder Parlamentar.

*Murmúrios.*

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Não vale a pena se enervar.

O Sr. **Presidente**: — Eu não estou nervoso. A senhora sabe que dificilmente fico nervoso. Eu sei que vocês gostam, mas dificilmente. Já tenho idade para me concentrar.

**Uma voz do ADI**: — Toma comprimido!

O Sr. **Presidente**: — Não é necessário comprimido, você é que toma comprimido todos os dias.

*Risos.*

Deixem-me dizer-vos uma coisa: o que estamos aqui a referir é o que está na Lei. É apenas para esclarecer.

O artigo 2.º diz claramente se o anexo é ou não indicativo. O importante é o que está na Lei. Não importa a epígrafe do anexo, porque a própria Lei já diz que é indicativo. É apenas isso.

Não há mais inscritos, não há nenhuma pergunta para se responder, não pode haver pedidos de esclarecimento. Portanto, não havendo mais inscritos, não obstante o tempo que ainda resta aos intervenientes, vamos dar por finda esta reunião.

Declaro encerrada a sessão.

*Eram 12 horas e 10 minutos.*

*Faltaram a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Accção Democrática Independente (ADI):

**Carlos Alberto Pires Pinheiro**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**José da Graça Diogo**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Aéron do Rosário Crisóstomo**

**António das Neves Sacramento Barros**